

A FEDERAÇÃO REUNIU COM
A SECRETÁRIA DE ESTADO
DA CULTURA

**MAIS UMA VEZ,
PODEMOS
CONCLUIR QUE
AS SOLUÇÕES
PARA OS
PROBLEMAS
EXISTENTES HÁ
DÉCADAS NÃO
PASSAM DE PLANOS
E ESTUDOS!**

A Federação reuniu com a Secretária de Estado da Cultura (SEC) para entregar e apresentar o Caderno Reivindicativo dos trabalhadores do Ministério da Cultura (MC) e, conseqüentemente, estabelecer o calendário para a sua negociação. Lamentavelmente, a SEC apenas se comprometeu com uma nova reunião, no final de Setembro e deu um sinal muito claro que só pretende dar continuidade às políticas que os sucessivos governos têm desenvolvido para o sector - e que são a razão da situação de ruptura em que se encontram todos os serviços do Ministério.

Afirmámos que as reivindicações constantes do Caderno Reivindicativo visam a resolução duradoura dos problemas estruturais, existentes há décadas e que, por opção política, os governos do PSD e do PS nunca tiveram intenção de resolver. Com o fundamento da solidariedade política com os seus pares do governo (leia-se, Ministro das Finanças) e as dificuldades financeiras, o facto é que o contributo que têm dado tem apenas servido para a maior degradação do Serviço Público de Cultura e dos direitos dos trabalhadores do sector.

FINANCIAMENTO DO SECTOR DA CULTURA

O Governo deve abandonar o modelo de subfinanciamento do sector e insistimos na necessidade de, já no próximo Orçamento do Estado (OE), dotar o Ministério da Cultura com um orçamento equivalente a 1% do OE para a Cultura. Só assim se pode garantir o desenvolvimento, sem desculpas, de um Serviço Público de Cultura de excelência e o respeito pelos direitos dos trabalhadores, em todos os seus âmbitos.

OS TRABALHADORES EXIGEM MEDIDAS CONCRETAS PARA A RESOLUÇÃO DAS SUAS REIVINDICAÇÕES

Para além do processo negocial do Caderno Reivindicativo, o Ministério da Cultura tem que dar resposta aos problemas que carecem de resolução política urgente, nomeadamente:

- o fim da precariedade na contratação de trabalhadores que satisfazem as necessidades permanentes dos serviços, quer seja pelo recrutamento com contratos a termo resolutivo, quer pelo recurso sistemático aos contratos de emprego inserção (CEI e CEI+) do IEFP ou a empresas de trabalho temporário e a bolsas de horas;
 - a adequação dos mapas de pessoal às necessidades permanentes dos serviços e a abertura de concursos para contratos de trabalho em funções públicas por termo indeterminado;
 - o direito à progressão na carreira dos trabalhadores integrados pelo Prevpap;
 - a finalização imediata do processo de avaliação do desempenho do biénio 2019/2020 e a respetiva progressão dos trabalhadores, que estão lesados em centenas de euros desde janeiro de 2021;
 - a criação de carreiras especiais para os trabalhadores dos museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos, tendo por base o Decreto-Lei 55/2001 de 15 de fevereiro.
-

A SEC assumiu que o MC recorre à contratação e subcontratação precária de trabalhadores, no vaso do estabelecimento de cultura, com a argumentação de que apenas o fazem em momentos de sazonalidade... quando aumentam os visitantes.

Repudiámos a ideia e afirmámos que esta contratação precária tem várias “caras”, pois, apesar da maior visibilidade nos museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos, sabemos que acontece em todos os serviços do MC, e, deve-se a problemas estruturais na política de recursos humanos que o Ministério sempre minimizou, optando por e validar todo o tipo de ilegalidade e retirando direitos aos poucos trabalhadores do MC .facto que se reflete na qualidade dos serviços prestados.

Quanto à criação de carreiras especiais para o sector, a SEC considera que as carreiras específicas são limitadoras para a mobilidade dos trabalhadores para outras áreas funcionais e afirmou não estar de acordo com a criação de carreiras, com a argumentação de que os trabalhadores que concorrem e aceitam a vaga já sabem o salário que vão ter e que nos museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos se trabalha aos sábados, domingos e feriados.

Refutámos de imediato esta ideia, lembrando que, na maioria dos estabelecimentos culturais, as escalas de horários estão feridas de ilegalidade grosseira, pois, não é sequer respeitado o previsto em Regulamento Interno, pois, dada a falta gritante de pessoal, os serviços impedem estes trabalhadores de gozarem o descanso semanal sequer num fim-de-semana completo (sábado e domingo) e afirmamos que deveriam ser dois fins-de-semana completos, para permitir um maior equilíbrio entre a vida profissional e familiar.

Perante esta situação e outras que registamos que não dignificam as funções deste trabalhadores, defendemos que para garantir a permanência e a fixação de recursos humanos nos museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos, é fundamental que o Governo crie carreiras especiais no sector, tendo por base o Decreto-Lei 55/2001 de 15 de fevereiro - em todas as áreas da cultura, nomeadamente, na vigilância e recepção e na conservação e restauro -, que valorizem as funções e sejam condignamente remuneradas. Só assim, a Cultura deixará de ser uma porta de entrada para a Administração Pública, onde se constata a curta permanência dos trabalhadores, como acontece actualmente.

O REGULAMENTO DE FARDAMENTO

Lembrámos que o Executivo anterior se comprometeu em apresentar um projeto de Portaria para regulamentar a utilização de fardamento no sector, que abarcava de forma genérica as nossas reivindicações, mas que tal não foi cumprido, não passando de uma mera intenção! Reafirmámos a exigência da aprovação dessa Portaria.

À semelhança dos anteriores, a SEC mostrou-se receptiva e também se comprometeu com a sua resolução. A ver, se passa destas boas intenções...!

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Mais uma vez, a Federação denunciou o incumprimento da lei em matéria de segurança e saúde no trabalho em todos os serviços dependentes do MC. Denunciámos que não há medicina do trabalho em nenhum dos serviços!

Exigimos que sejam tomadas medidas urgentes para o cumprimento das normas em vigor que visam a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores e que seja implementado um programa de segurança e saúde no trabalho, garantindo de participação das estruturas sindicais e dos representantes de trabalhadores na segurança e saúde no trabalho;

Propusemos, ainda, que fossem criadas condições em todos os serviços para permitir que os trabalhadores tomem as suas refeições, considerando que os elevados custos da restauração nas zonas turísticas são demasiado dispendiosos para os seus parcos salários.

Relativamente a este assunto, a SEC comprometeu-se com a "avaliação da situação" e informou que, como uma parte substantiva do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) para a Cultura é para a requalificação destes espaços, este será o momento para a avaliação destes problemas e promoção das respostas para os solucionar.

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS CÂMARAS

Afirmámos que deve ser posto um fim ao processo que está em curso para a transferência de competências do Poder Central para o Poder Local, porque o que está em causa é a desresponsabilização do Estado e a real intenção é abrir caminho para a privatização da Cultura e dos espaços culturais.

Este processo vai ser aprofundado na denominada 2ª fase (já apresentada pelo Governo na Assembleia da República), que visa aprofundar a transferência de competências e de trabalhadores dos serviços centrais e das direções regionais para as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR), pondo em causa os postos de trabalho actualmente existentes nestes serviços.

A SEC não teceu quaisquer observações, nem comentários, um facto que deixou bem clara a sua opinião! O que não é de estranhar...

A 1ª fase está já cumprida no setor e a 2ª fase está anunciada para ser falsamente negociada, mas a Federação tem consciência que todo este processo está a ser imposto por esta maioria absoluta do PS, com o apoio do PSD!

Questionámos a SEC sobre o que tem planeado fazer para resolver os problemas sistémicos do setor - a resposta foi uma mão cheia de nada!

Apenas disse que já herdou a avaliação dos problemas que afetam o funcionamento dos serviços do Ministério e que, em alguns aspectos, convergem com a nossa exposição. MAS, não foi capaz de dizer nem o que pensa fazer, nem quando, nem sobre o quê!

VAMOS CONTINUAR A LUTA PELAS JUSTAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DA CULTURA!

Se a marcação da reunião com a Federação não acontecer, tomaremos medidas para que se realize e para que seja iniciado o processo negocial do Caderno Reivindicativo. Se a SEC se afastar deste caminho, a Federação e os Trabalhadores irão decidir novas formas de luta!

POR UM SERVIÇO PÚBLICO DE CULTURA DE QUALIDADE! POR MAIS DIREITOS PARA OS TRABALHADORES! POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO!

SINDICALIZA-TE!

Julho/2022
FNSTFPS

